Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornellas, 50, Sala 803 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6758 - Email: frpoacentvre@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5003524-93.2020.8.21.0086/RS

AUTOR: ERJASUS ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA. FALIDO
AUTOR: ADV SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA FALIDO

SENTENÇA

Trata-se de processo de Falência de **ADV SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.** e **ERJASUS – ASSESSORIA E NEGÓCIOS LTDA. – EPP**, decretada em 25 de agosto de 2020 (evento 5, SENT1), tendo sido fixado o termo legal em 20 de maio de 2020.

Nomeado administrador judicial, o quadro geral de credores foi constituído (evento 282, EDITAL1).

O ativo arrecadado e realizado foi suficiente para pagar os créditos extraconcursais, os trabalhistas e parte dos créditos tributários (evento 302, PET1 e evento 395, PET1).

As contas do administrador judicial foram julgadas boas nos autos do incidente autuado sob o nº 5226233-92.2026.8.21.0001 (processo 5226233-92.2026.8.21.0001/RS, evento 27, DESPADEC1).

O Ministério Público opinou pelo encerramento do processo (evento 401, PROMOÇÃO1).

É o relato.

Decido.

Trata-se de processo de falência decretada em 25 de agosto de 2020 onde o ativo arrecadado e realizado não foi suficiente a pagar a totalidade dos credores das falidas.

Tendo sido julgadas boas as contas prestadas pelo administrador judicial e sem perspectiva de ingressar novos valores em proveito da massa falida, o encerramento do processo se impõe.

Diante do exposto, **DECLARO ENCERRADA A FALÊNCIA** de **ADV SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.** (CNPJ nº 01.644.892/0001-26) e **ERJASUS – ASSESSORIA E NEGÓCIOS LTDA. – EPP** (CNPJ nº 87.121.299/0001-10), na forma do art. 156 da Lei nº 11.101/2005. Determino, ainda:

a) Publique-se o edital de que trata o art. 156, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005;

b) Intimem-se a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Delegado da Receita Federal do Brasil, a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria Municipal da Fazenda, comunicando o encerramento desta falência;

c) Oficie-se à Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) dando conta do encerramento do processo, remetendo cópia da presente sentença;

d) Devolvam-se os livros contábeis ao falido, caso ainda não efetuada. Não atendida a intimação eletrônica, intime-se por carta dirigida ao endereço constante nos autos (art. 274, parágrafo único, do Código de Processo Civil). Passado o prazo e não havendo a retirada, autorizo o descarte;

e) Juntado pedido de informação, o encerramento deverá ser respondido e disponibilizada a chave de acesso;

f) Exonero o administrador judicial do encargo;

g) Eventuais custas dispensadas, diante da impossibilidade de pagamento.

Transitada em julgado, proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos.

Documento assinado eletronicamente por **MAX AKIRA SENDA DE BRITO, Juiz de Direito**, em 25/09/2026, às 16:40:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10115796931v4** e o código CRC **2022dc1e**.